



Panorama do Governo 2011

Sumário em Português

- Já há muito se reconheceu que a avaliação do desempenho do governo é necessária para melhorar a eficácia e eficiência do sector público. No entanto, na sequência da crise fiscal e económica que teve início em 2008, mais do que nunca, são necessários dados precisos e atempados para ajudar os governos a tomarem decisões fundamentadas sobre “como” e “onde” atribuir prioridades a poupanças, reduzir custos e promover a inovação na administração pública. De facto, em 2010, para restabelecerem as finanças públicas na OCDE muitos governos efectuaram cortes orçamentais, congelaram os salários do sector público ou reduziram o número de funcionários públicos. As constatações de Panorama do Governo 2011 possuem implicações importantes no que respeita a questões e temas políticos suscitados pelas medidas de austeridade que actualmente se levam a cabo maioria dos países da OCDE.
- Panorama do Governo 2011 fornece um painel de perto de 60 indicadores para países-membros e países parceiros, reunidos para ajudar os decisores políticos, a análise pública e desempenho do governo de referência. A publicação inclui dados de toda a “cadeia de produção” das actividades do governo: informação sobre as receitas auferidas; indicadores de “entradas” sobre as despesas públicas, emprego e remunerações; dados de desempenho e eficácia para o governo como um todo e para sectores específicos como a educação, saúde e administração fiscal. Além disso, Panorama do Governo publica dados comparativos sobre práticas de gestão pública relacionados com a transparência e integridade, governança regulatória, gestão de recursos humanos no serviço público e prestação de serviços. Tais indicadores fornecerem indicações sobre abordagens políticas e exemplos práticos do que funciona e do que não funciona. Tem igual igualmente como objectivo informar o debate público sobre as políticas de reforma no sector público.

Os governos desempenham um papel importante na economia e na sociedade, e é imperativo que funcionem bem.

Os governos são responsáveis pela promoção do crescimento económico e do desenvolvimento social, fornecendo bens e serviços, regulamentando o comportamento das empresas e dos particulares e redistribuindo os rendimentos. O âmbito e alcance das actividades dos governos podem reflectir-se no facto de, em 2009, as despesas do sector público representarem, em média, quase metade do PIB na generalidade dos países-membros da OCDE. Tal correspondeu, no mesmo ano, a um montante aproximado de 16 000 dólares americanos PPC per capita. Para a maioria dos países da OCDE, em 2008, a protecção social foi a categoria mais importante das despesas representando, em média, aproximadamente 34% do total das despesas. A despesa com a saúde (14.7% do total das despesas), serviços públicos gerais (13.1% dos quais incluem juros sobre a dívida) e educação (13.1%) constituem igualmente uma parte considerável da despesa total. Para além da sua capacidade de gastos, os governos são igualmente grandes empregadores: em média, na OCDE, aproximadamente um quarto da força de trabalho total trabalha para o governo.

Após a crise, os governos expandiram a sua pegada económica de forma significativa

Os dados de Panorama do Governo revelam até que medida as despesas públicas aumentaram em relação ao PIB, antes e depois da crise. No período antecedente à crise, entre 2000 e 2007, os países-membros da OCDE diminuíram a proporção das suas despesas públicas, em média, em 0.6 pontos percentuais do PIB. No entanto, após o início da crise, a proporção da despesa pública aumentou em 4.9 pontos percentuais na OCDE durante o período de 2007-09. Apenas parte deste aumento reflecte uma diminuição do PIB; outra parte reflecte igualmente o aumento da despesa pública desencadeado pela necessidade de garantir a estabilidade do sistema financeiro e de estimular a economia em resposta à crise. Durante o período de 2007-09, os maiores aumentos na despesa pública em proporção do PIB ocorreram na Irlanda (+ 12.1 pontos percentuais) e na Estónia (+ 10.8 pontos percentuais).

Muitos governos da OCDE necessitam levar a cabo planos de consolidação fiscal consideráveis para reduzir ou estabilizar a dívida.

Na OCDE, existe um consenso geral relativamente ao facto das finanças públicas, em muitos países da OCDE, estarem num caminho insustentável. Para melhor se compreenderem as implicações para a política fiscal nos próximos anos, a OCDE produziu estimativas das necessidades de consolidação dos países. De acordo com estas estimativas, só para estabilizar o rácio da dívida/PIB até 2026 é necessária, em média, uma melhoria de quase 4% do PIB potencial a partir das posições fiscais em 2010. Além disso, em média, as compensações de 3 pontos percentuais do PIB terão de ser encontradas nos próximos 15 anos para responder às pressões sobre as despesas, devido aos custos decorrentes do envelhecimento, incluindo os cuidados de saúde e as pensões de reforma. Para se alcançar um caminho para a sustentabilidade orçamental a longo prazo é necessário um acordo entre cidadãos, empresas e governos sobre o nível de serviços que o público pretende que os governos forneçam e até que ponto o público está disposto a pagar por esses serviços.

A maioria dos países da OCDE está a implementar - ou tenciona implementar - políticas para reduzir ou reestruturar o serviço público

Mais de três quartos dos países da OCDE que responderam ao Inquérito Sobre Gestão Estratégica de Recursos Humanos de 2010 da OCDE indicam que estão a empreender, ou planeiam vir a empreender, reformas que irão diminuir a actual dimensão das suas forças de trabalho do sector ao nível da administração central. Adicionalmente, cinquenta países da OCDE estabeleceram taxas de substituição para preencher os vazios deixados pelos funcionários que partem para a reforma. Estas taxas podem variar da substituição de 1 em 10 trabalhadores em países como a Espanha, 8 em 10 em Israel ou Coreia.

Novos dados salariais sobre as principais profissões da administração central apontam para estruturas salariais bastante igualitárias no sector público

Pela primeira vez, a OCDE recolheu dados sobre a remuneração dos funcionários das administrações centrais em ministérios fulcrais, especificamente dos quadros superiores, quadros intermédios, profissionais e secretárias. Relativamente a estas profissões, os dados revelam a relativa remuneração total nos países da OCDE, incluindo não apenas salários e remunerações, mas igualmente benefícios sociais e futuros rendimentos de pensões. Em média, a remuneração total dos quadros superiores nos países que responderam situava-se um pouco abaixo de 235.000 dólares americanos PPC em 2009, enquanto profissionais como economistas ou estatísticos ganhavam aproximadamente 90.000 PPC por ano. As secretárias executivas e administrativas recebiam em média entre 50.000 dólares americanos e 60.000 dólares americanos PPC. Estes dados revelam uma estrutura salarial bastante igualitária no sector público: os quadros superiores na administração central (que podem ser equivalentes a Ministros Adjuntos ou Directores-gerais) ganham 2 vezes do que os analistas políticos e cerca de 4.5 vezes do que a remuneração média de uma secretária. Panorama do Governo fornece igualmente dados sobre o rendimento anual dos professores, médicos e enfermeiros em relação à média de rendimentos de outras profissões de educação universitária no mercado de trabalho.

A divulgação de interesses privados por parte daqueles que têm posições “de risco” no governo, nem sempre é solicitada ou disponibilizada publicamente para escrutínio público.

Panorama do Governo 2011 fornece novos dados sobre a divulgação de interesses privados nos três ramos do governo, bem como os requisitos de divulgação para posições “de risco” como as autoridades financeiras, agentes de contratação pública, e funcionários dos serviços fiscais e aduaneiros. Os resultados mostram que a prevenção de potenciais conflitos de interesse em áreas de risco, por exemplo, se centra primeiramente na divulgação e proibição de posições externas e ofertas. Entretanto, 63% dos países-membros não necessitam de reguladores financeiros para divulgar os empregos anteriores, e mais de metade dos países não necessitam de divulgar a fonte de rendimentos e montantes para tais posições.

As empresas continuam a ultrapassar os cidadãos no que respeita à utilização dos serviços governamentais online

Tanto os cidadãos como as empresas preferem e utilizam cada vez mais os canais digitais para interagir com os governos. No entanto, embora nos últimos anos se tenha verificado um aumento na utilização dos serviços online por parte dos cidadãos, em todos os países-membros da OCDE monitorizados pela Comissão Europeia, são as empresas que continuam a tirar melhor partido dos serviços online da administração pública. Em 2010, em média, cerca de 80% das empresas utilizaram os serviços online do governo em comparação com aproximadamente 40% dos cidadãos. A relativamente elevada aceitação dos serviços online por parte das empresas pode ser explicada porque estas revelaram uma maior utilização da banda larga e pelos incentivos fornecidos pelo governo para se utilizarem os meios de comunicação electrónicos para actividades como a contratação pública. A crescente utilização entre os utilizadores será fundamental para que os serviços governamentais online se tornem mais eficazes em termos de custos e num modo de fornecimento de serviço viável para os governos.

Os países estão a avançar no sentido de restaurarem a confiança tornando acessíveis as informações governamentais e dados

As leis sobre a liberdade de informação (Freedom of information laws) são um pilar essencial para um governo aberto, e contribuem para reforçar a transparência, reforçando a prestação de contas dos governos e promovendo uma participação informada na formulação de políticas. Actualmente, com a excepção de um, todos os países que responderam ao Inquérito sobre Governo Aberto 2010 da OCDE possuem legislação/regulamentação sobre a liberdade de informação em vigor, para garantirem o direito de acesso à informação. Na maioria dos países da OCDE, o alcance das leis sobre a liberdade de informação estende-se verticalmente a todos os níveis de governo e, para cerca

de metade deles, horizontalmente a todos os ramos da Administração Central (legislativo, judicial e executivo). Além disso, todos os países da OCDE publicam proactivamente informação pública, embora os tipos de informação proactivamente publicada variem largamente: a maioria dos países divulga proactivamente documentos orçamentais, relatórios anuais dos ministérios e relatórios de auditoria, mas apenas um pequeno número publica proactivamente as listas dos funcionários públicos e os respectivos salários. Uma tendência crescente na OCDE é a publicação de informação administrativa em formatos de dados abertos. Tal permite a reutilização de informação pública por outras partes e promove a inovação.

O pensamento estratégico e a forte liderança no serviço público são agora mais importantes que nunca

Será importante que o governo construa capacidades para uma visão estratégica e gestão de risco de forma a mitigar futuras crises e a adaptar-se à mudança de condições. Novos dados sobre em que medida os governos da OCDE utilizam as práticas de gestão estratégica na administração central mostram que, enquanto a maioria dos países tem implementados mecanismos de planeamento da força de trabalho para ter em conta questões como as alterações demográficas, muitos apenas implementam este tipo de práticas de forma ad hoc. Outras questões como as possibilidades de externalização e/ou incorporação de tecnologias de informação na prestação de serviço têm menos atenção no que respeita as exercícios de planeamento de RH. O desenvolvimento de políticas estratégicas que tenham em conta as mudanças de tendência e as necessidades dos cidadãos é certamente importante, no entanto, implementar este tipo de iniciativas de uma forma eficaz e coerente em todos os sectores do executivo exige igualmente um forte e talentoso quadro de altos funcionários públicos. A maioria dos países da OCDE considera os altos funcionários públicos como um grupo separado no âmbito dos seus Quadros Gerais de Emprego. Mas os resultados do inquérito sugerem que - na prática - alguns países da OCDE identificam melhor que outros potenciais altos funcionários públicos no início das suas carreiras, colocando grande ênfase nas avaliações dos seus desempenhos ou incentivando-os a darem o seu melhor.

O alcance da despesa em contratação pública dos países da OCDE é, em média, significantes, abrindo a porta tanto a ameaças como a oportunidades

A dimensão estimada dos mercados de concursos públicos excede, em média, 12% do PIB na zona da OCDE. Assim, a possibilidade dos governos utilizarem as despesas com contratos públicos como ferramentas políticas é importante para promover a inovação e um consumo e produção mais sustentáveis. No entanto, apenas 57% dos países possuem um definição formal do que são os contratos públicos verdes, por exemplo, e muito poucos recolhem dados sobre o número ou valor dos contratos ganhos com base em critérios ecológicos. Ao mesmo tempo, o âmbito e a complexidade destas transacções podem ser vulneráveis ao esbanjamento, fraude e corrupção. Os governos têm de impedir estas ameaças através de mais transparência e divulgação.

Estas e outras importantes conclusões de Panorama do Governo 2011 demonstram o valor e o papel que os resultados podem e deviam desempenhar na elaboração de políticas. Informações adicionais relativas a este projecto, dados complementares bem como notas individuais por país encontram-se disponíveis em: www.oecd.org/gov/indicators/govatagance. A publicação utiliza igualmente o StatLinks, um serviço que permite aos leitores fazerem o download dos ficheiros Excel correspondentes aos dados publicados.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights

